

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.351.079 - GO (2018/0216229-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : SERGIO HIROCHI HAMANO**  
**ADVOGADO : JEOVA APARECIDO DE QUEIROZ E OUTRO(S) - GO007907**  
**AGRAVADO : KEISUKE ONODA**  
**ADVOGADOS : RAFAEL NAVES DE OLIVEIRA SANTOS - GO023021A**  
**CRISTYANNE PEREIRA ROCHA - GO027219**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega violação dos arts. 485, VI, e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 329):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE NECESSIDADE/UTILIDADE NO PROVIMENTO JUDICIAL. 1.

O interesse processual encontra-se presente quando houver necessidade do autor se valer da via processual para obter um direito pretendido, que é resistido pela parte adversária, bem como quando a via jurisdicional possa lhe trazer utilidade real, capaz de melhorar sua condição jurídica.

Na hipótese dos autos, inexistindo obrigação a ser cumprida pelo réu, carece de utilidade. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA.

Sustenta o agravante, em síntese, que o agravado deixou de solver a única obrigação constante do contrato celebrado entre as partes, que eram os débitos existentes na Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, os quais deixaram de existir não pelo pagamento, e sim pela prescrição.

Argumenta que, em razão dos referidos débitos, o seu nome "ficou negativado por mais de dois mil (2000) dias, período em que ficou impedido de praticar qualquer ato da vida civil que dependesse de certidão negativa da Fazenda Pública Estadual" (fl. 367).

Alega, por fim, que tem interesse de agir na propositura da demanda.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Inicialmente, em relação à suposta ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, verifico que não existe omissão ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Além disso, não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido.

No mais, observo que o julgado estadual manteve a sentença, que extinguiu o processo sem julgamento de mérito em razão da falta de interesse de agir do agravante, conforme se extrai dos seguintes excertos (fls. 327/328):

(...)

Extrai-se dos autos que o autor ajuizou a presente ação, objetivando que o réu cumpra a obrigação assumida no contrato de cessão de quotas de sociedade limitada (evento 03 - arquivo 03), em especial a exclusão do seu nome do quadro societário e o arquivamento da quinta alteração contratual, no prazo de 20 (vinte) dias, nos seguintes estabelecimentos: Junta Comercial - JUCEG, Receita Federal do Brasil, Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás e Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Goiás-GO.

Em decorrência da dúvida quanto o suposto descumprimento da obrigação reclamada, o magistrado sentenciante agiu com cautela, oficiou os referidos órgãos para informarem sobre o quadro societário da empresa e a possibilidade de arquivamento da alteração contratual em seus cadastros.

Em resposta, a Secretaria de Estado da Fazenda informou que consta como sócios da empresa W. B SABBY o KEISUKE ONODA, TAKAFUMI KAMOSHIDA e CHIHIRO YAMAMOTO (evento 03 - arquivo 80), a Prefeitura de Santo Antônio de Goiás comunicou a impossibilidade de arquivamento da alteração contratual em seus cadastros (evento 03 - arquivo 85).

No que tange aos débitos fiscais reclamados, o dirigente processual ordenou a intimação do autor para comprová-los (evento 03 - arquivo 90), porém não desincumbiu de seu ônus, pelo contrário, juntou as certidões negativas (evento 03 - arquivo 92).

Desta forma, tratando de execução de obrigação de fazer, consistente na exclusão do nome do autor do quadro societário da empresa e no pagamento dos débitos fiscais, sendo excluído o

apelante da sociedade antes da propositura da ação (07/11/2007 - evento 03 - arquivo 69) e, diante da ausência de provas sobre as dívidas fiscais, infere-se que o autor não possui interesse de agir, conforme bem salientado pelo juiz a quo.

Ora, é de uma clareza solar a inutilidade do processo para os fins perseguidos pelo autor, vez que não existe nenhuma obrigação a ser cumprida pela parte ré.

Avançando, importa registrar que, ao contrário do entendimento do apelante, a decisão exarada pelo magistrado de origem encontra-se congruente e nos limites em que a ação foi proposta.

Por outro lado, também não prospera o argumento recursal da ausência de fundamentação da sentença objurgada, visto que considerando a natureza terminativa do decisum, perfeitamente possível sua brevidade, mormente quanto clara a sua motivação - cumprimento da obrigação pactuada no contrato de cessão de quotas de sociedade limitada (evento 03 - arquivo 03).

Na confluência do exposto, conheço do apelo e lhe nego provimento, mantendo a sentença atacada por estes e seus próprios fundamentos.

(...)

Com efeito, anoto que desconstituir a conclusão do acórdão recorrido, na forma pretendida, demandaria o reexame do acervo fático dos autos, procedimento que, em sede de especial, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
Relatora